



A INVASÃO DO MATO GROSSO (1864-1865)

José Messias de Britto Filho

A história da Guerra do Paraguai é normalmente estudada na parte referente ao Teatro de Operações principal, Rio Grande do Sul. O estudo das operações na Província do Mato Grosso é pouco conhecido, apesar de esta região muito ter sofrido na mão do invasor paraguaio.

Vivia o Brasil sob o Governo imperial em 1864, enquanto o Paraguai constituía-se numa República. Seu Presidente, Francisco Solano Lopes, nutria más disposições para com o Império. As questões de limites e o choque de interesses para a hegemonia da navegação fluvial eram constantes motivos de discórdia entre os dois vizinhos.

O Império tinha grande preocupação com o isolamento em que se mantinha a Província Central, pela distância dos grandes centros e dificuldade de acesso, prejudicando a importação e a exportação: Além disto, o Tratado da Amizade, Comércio e Navegação era constantemente violado pelos paraguaios, criando embaraços para o seu cumprimento.

Solano Lopes há muito tempo imaginava invadir o Brasil pelas

terras da Província do Mato Grosso. Para isso, organizou um Exército de 28 mil homens com uma reserva bastante numerosa, uma esquadra com 11 vapores modernos apoiada por unidades auxiliares menores, completou a ligação ferroviária de Assunção a Paraguari, estendeu uma linha telegráfica da Capital ao Passo da Pátria e dotou o país de estaleiros e arsenais, ficando na expectativa da ocasião propícia.

INÍCIO DAS HOSTILIDADES

Em 1864, estava o Império Brasileiro às voltas com problemas de invasão de terras e violências e maltratos a estancieiros brasileiros na fronteira com o Estado oriental do Uruguai. O Governo brasileiro apresentou suas reclamações ao Governo uruguaio e este não as reconheceu legítimas. Estava criado o clima de instabilidade e o Brasil ameaçou invadir o Uruguai.

Nesta ocasião, o Paraguai se ofereceu para mediar a questão e o Império recusou o oferecimento. Despeitado por não ter sido aceito, Solano Lopes lavrou um

longo e pretensioso protesto considerando causa de guerra a ocupação de qualquer parte do território oriental por forças militares brasileiras.

O Governo imperial não reconheceu o protesto, mas ficou bem caracterizada a pretensão do Paraguai de guerrear contra o Brasil. Neste ambiente, continuava livre a navegação pelos rios da Bacia do Prata. A 11 de novembro de 1864, chegava a Assunção o navio brasileiro *Marquês de Olinda*, trazendo a bordo o Coronel Frederico Carneiro de Campos, que iria assumir o Governo de Mato Grosso, além de volumosa carga, verba para os cofres públicos, correspondência e material bélico. A marcha desta embarcação, desde Humaitá, vinha sendo vigiada pelas autoridades paraguaias com informações diretas ao ditador. No dia seguinte, às 14h, o *Marquês de Olinda* levantava ferros e rumava para Corumbá.

O Ministro uruguaio das Relações Exteriores, sediado em Assunção, Vazquez Sagastume, bem como o Chefe da Esquadra paraguaiá, Capitão-de-Fragata Pedro Meza, mostraram a Lopes que aquela era uma ótima oportunidade para uma ação imediata, acrescentando ainda que o barco transportava contrabando de armas, o que se constituía numa rica presa.

Finalmente, às 16h, o melhor navio de guerra da Marinha paraguaiá, o *Taquari*, zarpava rio acima, com toda a força nas caldeiras, em perseguição ao *Marquês de Olinda*.

Cerca de 30 milhas acima de Assunção, o navio paraguaiá alcançava o brasileiro e com um tiro o abordou e obrigou a retroceder para Assunção. A tripulação e os passageiros foram internados como prisioneiros de guerra e o vapor sumariamente incorporado à Marinha paraguaiá.

No dia 13 de novembro foram declaradas rompidas as relações entre os dois países.

USO DA ESPIONAGEM PELOS PARAGUAIOS

Antes de prosseguir no relato da guerra, julgo importante e interessante falar nos atos de espionagem levados a efeito pelos paraguaios na preparação da invasão do Mato Grosso.

Esta invasão vinha sendo preparada como parte do golpe contra o Império. O domínio da imensa província significava a posse de um território onde havia grande rebanho bovino que serviria de fonte de suprimentos aos exercícios no principal setor da luta. Além disto, a posse geraria um grande efeito moral que colocaria o Paraguai em condições de fazer imposições na busca de solução para os problemas fronteiriços.

O plano fora cuidadosamente elaborado, com estudo prévio das particularidades mesológicas e topográficas da região a ser invadida e com uma antecedência mínima de 2 anos. Para isso, tinha sido lançado o serviço de espionagem, feito justamente por elementos que, mais tarde, voltariam em funções

de comando. As autoridades provinciais nem sequer se aperceberam dos intuitos dos agentes secretos e ingenuamente foram as primeiras a facilitar a execução da tarefa.

No início de abril de 1863, zarpava de Assunção a escuna *Ulisses*, sob o comando do Tenente Andrés Herrero. Vinha debaixo das mais amistosas aparências, com o objetivo, segundo se propalava, "de estreitar as relações e intercâmbio comerciais entre o Paraguai e Mato Grosso". No entanto, a sua missão era a de fazer um levantamento geral, anotando tudo que fosse de interesse militar. Recebida a tripulação em Corumbá, com todas as honras e manifestações de hospitalidade, visitou Herrero as localidades de Coimbra e Albuquerque, o estabelecimento naval de Dourados, subiu até São Lourenço e Cuiabá, não tendo chegado à Capital por não terem as baixas águas permitido calado a seu navio. Em agosto regressava a Assunção, com registros que devem ter sido da mais alta valia para os planos futuros. Em princípios de 1865, as ações no Paraguai superior e seus afluentes competiriam exatamente àquele oficial de Marinha, então perfeito conhecedor dos segredos da navegação nesse trecho fluvial.

A 25 de novembro de 1863, desembarcava em Corumbá um cidadão paraguaio, que se identificava como Don Francisco Isidoro, interessado, ao que dizia, na aquisição de terras em Mato Grosso. Acompanhado por um guia nativo, que lhe foi confiado, visitou demoradamente os Municípios de Miranda, Nioaque e Coxim, vol-

tando a Corumbá em fevereiro de 1864, declarando-se encantado com a zona que percorrera. O falso fazendeiro outro não era que o Tenente-Coronel José Isidoro Resquin, que, em fins de 1864, à testa da coluna invasora, entrava em Mato Grosso pelo sul, progredindo justamente através do eixo que reconhecera.

Outros agentes devem ter sido empregados clandestinamente no reconhecimento do território, máxime pela fronteira seca, pouco vigiada, de modo que, ao deflagar o conflito, o Teatro de Operações estava completamente desvendado, sabidos os núcleos de resistência, levantados os seus efetivos.

Suspeita-se, com forte razão, que Lopes contasse ainda com uma "quinta-coluna" organizada entre estrangeiros de várias nacionalidades, domiciliados principalmente em Corumbá e que lhe remetiam informações preciosas de interesse a seus propósitos.

COMPARAÇÃO DAS FORÇAS

Solano Lopes mandou preparar duas expedições para invadir a Província do Mato Grosso, de acordo com os reconhecimentos feitos (Fig. 1).

Uma delas partiria de Assunção e seguiria por água, comandada pelo Coronel Vicente Barrios, subindo os rios até chegar à Capital Cuiabá, da qual se apoderaria.

A outra partiria de Concepção e, por terra, vasculharia o centro da Província na direção de Miranda e depois até encontrar a expedição fluvial em Cuiabá. Seria

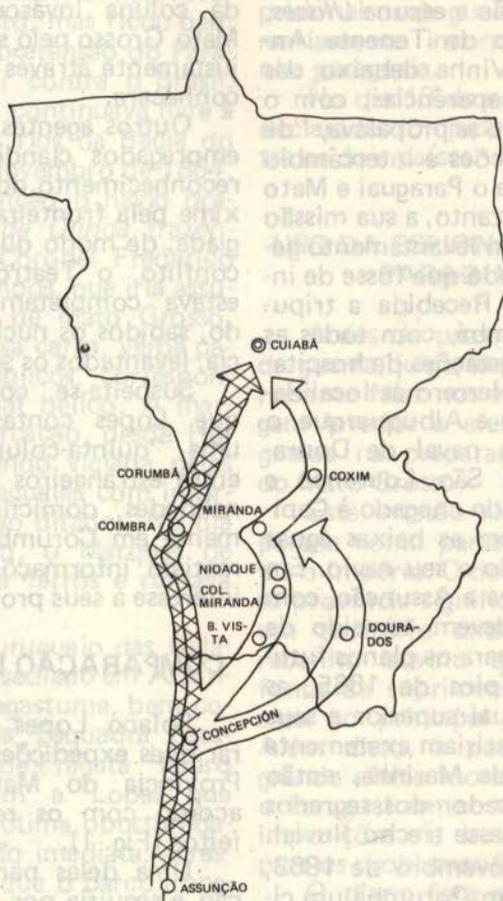


Fig. 1

comandada pelo Coronel Isidoro Resquin.

A expedição fluvial estava organizada da seguinte forma:

E M B A R C A Ç Õ E S	TIPO	NOME	CANHÃO	
	V A P O R		<i>Tacuary</i>	6
			<i>Paraguay</i>	4
			<i>Igurey</i>	5
			<i>Rio Branco</i>	5
			<i>Iporá</i>	4
			<i>Rio Apa</i>	3
			<i>Jejuy</i>	3
			<i>Salto de Guayra</i>	4
			<i>Marquês de Olinda</i>	4
	ESCUÑA		<i>Independência</i>	2
			<i>Aquidabam</i>	1
	PATACHO		<i>Rosário</i>	1
LANCHÃO		<i>Humaitá</i>	4	
		<i>Cerro León</i>	8	

T R O P A	NATUREZA	QUANTIDADE	EFETIVO
	Batalhão de Infantaria	04 (6º, 7º, 10º e 30º)	3.200
	Regimento de Artilharia	01	250
	Regimento de Cavalaria	02	1.000

A Divisão do Norte, expedição por terra, totalizando cerca de 4.650 homens, estava composta por:

- seis Regimentos de Cavalaria, com 3 mil homens;
- duas Baterias de Infantaria (a cavalo), com 1.600 homens;

— uma Bateria de Artilharia (a cavalo), com seis canhões e 50 homens.

Para se contrapor à expedição fluvial paraguaia, os baluartes de defesa brasileira eram:

- FORTE DE COIMBRA
- 11 peças estavam nas canho-

neiras frente ao rio em condições de atirar (a munição era abundante);

— cerca de 115 homens formavam a guarnição do forte (a munição era escassa — cerca de 100 tiros/homem);

— havia ainda 10 índios caciuéus da tribo do cacique Lixagota, cinco guardas da Alfândega de Corumbá (destacados para o serviço do fisco), cinco colonos de Albuquerque (guardas nacionais, sem instrução militar), 18 presos; dois civis;

— canhoneira *Anhambaí*, com dois canhões de calibre 32 e com 34 homens.

— CORUMBÁ

— 2º Batalhão de Artilharia a pé.

Contra a Divisão do Norte, os brasileiros dispunham das seguintes forças:

— NIOAQUE

— um corpo de Cavalaria, com cerca de 130 homens.

— CUIABÁ

— Guarda Nacional, com cerca de 230 homens.

— MIRANDA

— Batalhão de Caçadores, com cerca de 200 homens.

— DOURADOS

— Elementos destacados de Guarda de Fronteira.

INVASÃO SECA

A Coluna paraguaia que invadiria o Brasil por terra denominou-se Divisão do Norte e era comandada pelo Coronel Isidoro Resquin.

Partiu de Concepción, onde chegou transportada pelo rio, em dezembro de 1864.

Dividiu-se em duas colunas:

— uma, comandada pelo próprio Resquin, penetrou no Brasil atravessando o rio Apa na direção de Bela Vista e daí partiu para Nioaque e Miranda;

— a outra, comandada pelo Major Martin Urbieda, foi empregada como uma flancoguarda, deslocando-se na direção Cerro Corá, Colônia Militar de Dourados, Rio Brilhante, Nioaque e Miranda, onde encontraria o restante da coluna.

Em Miranda, com o encontro das duas colunas, a Divisão prosseguiria para Coxim e finalmente Cuiabá, Capital da Província.

A coluna do Major Urbieda realizou seu deslocamento sem encontrar resistência que dificultasse seu movimento, já que as Forças brasileiras eram de efetivo reduzidíssimo e basicamente de Guardas de Fronteira. Como exceção, sabe-se do episódio ocorrido na Colônia Militar de Dourados, onde imortalizou-se a figura do Tenente Antônio João Ribeiro.

Antônio João, ao saber da aproximação dos paraguaios, mandou que os habitantes abandonassem a Colônia e permaneceu no destacamento com 15 homens. Enviou notícia da invasão ao Comandante da Colônia de Miranda e ao Comandante do Corpo de Cavalaria de Nioaque.

Com a chegada do grande efetivo invasor, travou-se o combate, morreu o Tenente Antônio João e os homens que sobreviveram de-

bandaram. Após este episódio, a coluna continuou seu deslocamento até Miranda sem nenhum novo combate.

A coluna do Coronel Resquin chegou à Colônia de Miranda e a encontrou abandonada. Prosseguiu para Nioaque, onde defrontou-se com o Corpo de Cavalaria, que não apresentou grande resistência em decorrência do seu pequeno efetivo (130 homens), sendo recalçada para Miranda.

De Miranda, as tropas brasileiras iniciaram um movimento de retirada deixando livre a penetração para os paraguaios.

Realmente, Resquin encontrou Miranda abandonada e, reunindo-se à coluna de Urbieda, lançou-se para Coxim.

Os pantanais do Piquiri criaram grandes dificuldades ao movimento da Divisão do Norte, que não logrou chegar a Cuiabá.

INVASÃO PELO EIXO FLUVIAL

1. O ATAQUE À COIMBRA (Fig. 2)

A 26 de dezembro, pelas 21h, a esquadra inimiga estacionava a 9 quilômetros abaixo de Coimbra. Na calada da noite, procedeu-se ao desembarque, na margem direita, do 6º e do 7º Batalhões de Infantaria, encarregados do assédio às fortificações, enquanto a Artilharia, progredindo pela margem esquerda, tomava posição nas proximidades do Morro da Marinha, para bater os alvos ao iniciar-se o bombardeio. Somente pela manhã, dissipadas as névoas, quase que

concomitantemente fora a frota divisada pelas sentinelas das amuradas e pelos vigias dos mastros da *Anhambaí*. Soado o sinal de "inimigo à vista", foram os postos de combate prontamente guarnecidos, tanto os de bordo como os de terra.

Ainda pela manhã, Barrios enviava ao Comandante do Forte um emissário, com bandeira branca, portador de insolente e autoritária intimação para uma rendição incondicional. Não tardou a resposta, altiva e sensata, fazendo lembrar a outra que, 63 anos antes, Ricardo Franco endereçara a Lázaro de Ribeira.

O rompimento das hostilidades iria ser desencadeado pela *Anhambaí* que, avançando rio abaixo por volta das 10h30m, abriu fogo contra a esquadra inimiga com os seus dois canhões de proa. Consumada a proeza, voltou a se postar ao lado do Forte, a aguardar a marcha dos acontecimentos.

As 11h, a esquadra paraguaia iniciava o bombardeio do Forte mas, mantendo-se cautelosamente a excessiva distância, não conseguia enquadrar as salvas, explodindo as granadas aquém das amuradas. Ao mesmo tempo, as peças assentadas na outra margem do rio, nas fraldas do Morro da Marinha, juntamente com um grupo de infantes, alvejavam incessantemente as defesas, também sem resultado.

Somente às 14h começaram as primeiras descargas dos canhões de Coimbra, quando foram considerados dentro de seu alcance os obje-

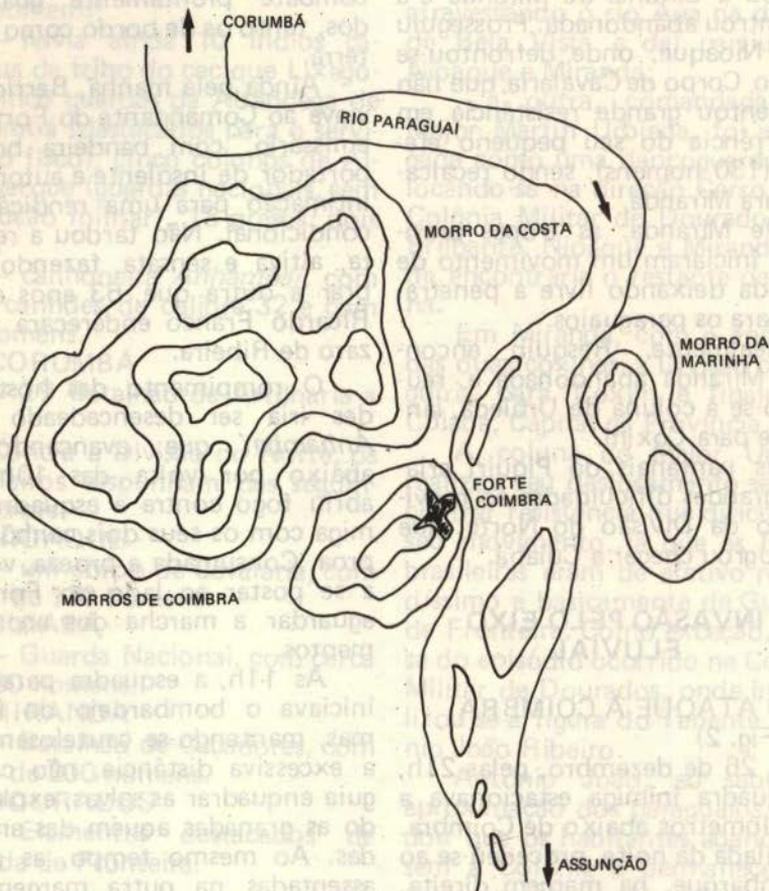


Fig. 2

tivos. Desenvolveu-se, então, intenso duelo de artilharia entre os dois lados, com mais eficácia da parte de terra que, apoiada pela *Anhambai*, teve como consequência o desalojamento das baterias e dos franco-atiradores da margem esquerda.

Enquanto tais fatos se desenvolveram, o 6º Batalhão de Infantaria, considerado o melhor do Exército paraguaio, avançava através dos terrenos encobertos pela vegetação espessa, para assaltar os defensores da praça. O 7º Batalhão permanecia desembarcado, na reserva.

Os agressores foram recebidos por nutrida fuzilaria, partida das seteiras e de cima dos parapeitos, arrefecendo o entusiasmo das vagas de assalto que se sucediam umas às outras. O resto da tarde escoou-se nesse renhido combate até que, ao cair da noite, retiraram-se os componentes do 6º Batalhão de Infantaria para a base de partida, deixando sobre o campo apreciável número de mortos e feridos. Da parte dos defensores, nenhuma baixa se verificou.

A 28 de dezembro, desde às 7h, entraria em atividade a artilharia contrária, porém com a mesma ineficácia do dia anterior, por continuarem as embarcações, com exagerada prudência, a longa distância. As tropas de choque redobriariam de ímpeto, durante a tarde, naquela data. De início, lançado o 6º Batalhão ao ataque com férrea disposição. Os brasileiros respondiam galhardamente aos golpes desferidos. O ardor dos assaltantes iria decrescer, quando,

atingido por uma bala, o seu denodado Comandante, Major Gonzáles, teve de se retirar. Então foi acionado o 7º Batalhão, com elementos descansados, que iriam se portar com a mesma energia dos seus parceiros.

A situação de Coimbra tornara-se insustentável, com a munição de infantaria quase esgotada, justamente a que era indispensável para a manutenção dos postos, não sendo talvez suficiente para meia hora de fogo. O Tenente-Coronel Portocarrero convocou, em caráter de urgência, um conselho, ao qual compareceram todos os Oficiais, realizado logo após ter-se iniciado o período de tréguas noturnas. É decidido o abandono do Forte. A *Anhambai* fica à disposição do Comandante para os transportes de retirantes, deslocando-se para a boca do canal existente no lado norte. Arriada a bandeira do mastro, às 21h, silenciosamente e em ordem iniciou-se o embarque, desfilando em primeiro lugar as mulheres e as crianças, com a imagem de N. Sa. do Carmo, padroeira do Forte, conduzida pela filha do Portocarrero; depois as praças de pré e por último os Oficiais, não tendo ficado esquecidos o arquivo e estandartes.

As 23h largava a *Anhambai* rio acima, em direção a Corumbá, sem que a sua partida fosse percebida pelo inimigo.

Ao amanhecer de 29, observaram os invasores, surpresos, não mais tremular no mastro o pavilhão imperial. Temendo alguma cilada, foi ordenado um cauteloso reconhecimento, para se apurar o

que se passava. Penetrando no Forte, a patrulha apenas encontrou os feridos patrícios, humanitariamente atendidos e ignorantes da retirada.

Constatado o abandono, foi o fato incontinenti comunicado ao Comandante da coluna. Por volta de meio-dia, debaixo dos clamores de vitória, foi feita a ocupação sumária da fortaleza e despachado a Assunção um dos navios para a transmissão da notícia, recebida na Capital com as maiores manifestações de júbilo.

2. OCUPAÇÃO DE CORUMBÁ

Evacuado o Forte de Coimbra, procuraram os brasileiros estabelecer nova resistência em Corumbá. Na altura de Albuquerque, a *Anhambaí*, que transportava os fugitivos, encontrou-se com as lanchas *Corumbá* e *Jauru*, que desciam com um reforço de 50 praças e dois Oficiais do 2º Batalhão de Artilharia a Pé. Sabedores da queda do Forte, retornaram as duas Unidades ao porto de partida, o qual atingiram, juntamente com a *Anhambaí*, na manhã de 30.

A chegada à vila das três embarcações e dos retirantes provocou visível mal-estar na população, a despeito das tranqüilizadoras declarações das autoridades, pois pensava-se que Coimbra ainda continuava a resistir e que não seria tomada.

A 31 de dezembro, Barrios, em Coimbra, ordenava o deslocamento de suas forças em direção à Vila de Corumbá. Desdobrou em duas a sua coluna: uma, a progredir por terra, tendo por primeiro

objetivo Albuquerque, para passar depois por Piraputanga; outra, por via fluvial, que, largando no dia 1º de janeiro de 1865, devia visar diretamente a Corumbá. Ao alcançar Albuquerque, no dia 1º de janeiro, o escalão terrestre encontrou a povoação completamente vazia, evacuada que fora desde 27 de dezembro, e nada mais lhe custou que ocupá-la sumariamente.

Em Corumbá, tornara-se caótico o ambiente. O Coronel Carlos Augusto de Oliveira, que prometera resistir, começava a se mostrar indeciso.

Na manhã do dia 20, não mais avaliando conseqüências, requisitava ao chefe da flotilha transporte para as tropas de seu Comando e, pouco depois, dava-se a debandada geral da qual, constrangidos, participavam os mais briosos, em cumprimento a ordens superiores, acabrunhados pela mancha da vergonha e da desonra.

A 3 de janeiro, a Divisão paraguaia, navegando cautelosamente, sob o receio de qualquer surpresa, aporta a Corumbá. No mesmo dia é efetuada a ocupação da Vila.

A ocupação de Corumbá, efetuada sem glória para os invasores, é uma triste página da História Militar.

Sabedor que a *Anhambaí* havia-se evadido com a tropa a que estava afeta à defesa da praça, Barrios determina, no dia 4, a sua perseguição pelas *Iporá* e *Rio Apa*.

No dia 6, pela manhã, dava-se o encontro entre os vapores paraguaios e a *Anhambaí*, em condições de flagrante inferioridade para a canhoneira.

Caía, assim, a *Anhambá* em poder do inimigo.

Com esse sucesso estava consumada a ocupação paraguaia de Mato Grosso, uma vez que as tropas de Resquin, entradas pela fronteira meridional, tinham consolidado as suas posições nos principais pontos estratégicos da zona compreendida entre o Miranda e o Apa. A ligação entre as duas colunas achava-se praticamente assegurada e uma larga faixa do território da Província, indiscutivelmente a mais rica, caía em mãos dos invasores.

3. REFLEXOS EM CUIABÁ

A queda de Coimbra e o abandono de Corumbá provocaram medo na população cuiabana, e preocupação nas autoridades governamentais da Província, que teriam que se preparar para a defesa da Capital.

Foram apresentadas várias propostas e levantados os meios disponíveis para a resistência.

Foi vencedora, afinal, a proposta do Chefe-de-Esquadra Augusto Leverger, para que se estabelecesse a linha de defesa na colina de Melgaço, posição que dominava vantajosamente o rio Cuiabá, em um estirão estreitado a 25 léguas abaixo da Capital.

Na carência de tropas de linha, foi convocada a Guarda Nacional e criaram-se Batalhões de Voluntários para que fossem atendidas as necessidades prementes. Investiram-se das funções de Comandantes da Guarnição e do Corpo de

Voluntários, respectivamente, o Tenente-Coronel Portocarrero e o Major José Félix Bandeira.

No dia 14 de janeiro, às 17h, estava formada no Largo da Marinha, em Cuiabá, uma força de mais de mil homens, constituída pelo 3º Batalhão, uma ala do 1º e do 2º, três Batalhões de Guardas Nacionais, um contingente de artífices do Arsenal de Guerra e muitos voluntários que, sob o comando de Portocarrero, tinham por destino as colinas de Melgaço.

Instalados em excelentes posições, o estado de espírito da tropa não era satisfatório, a começar pelos superiores e Oficiais que, na maioria, não possuíam capacidade para as respectivas funções. Apenas 1 dia depois de ocupado o posto, por instância dos Oficiais, era assinada a ata da resolução do abandono de Melgaço.

Foi nessa crítica emergência que o Chefe-de-Esquadra Augusto Leverger, já avançado em idade, temeroso da sorte da Capital da Província, resolve, no dia 20, oferecer os seus serviços ao Presidente da Província e pede-lhe que o mande para Melgaço.

Reorganiza a defesa, monta convenientemente as peças de artilharia, distribui as Unidades de Infantaria pelas alturas dominantes, promove exercícios simulados de defesa com tiros reais e inimigo figurado e fica à espera do invasor.

O inimigo jamais apareceria, fosse pela sua própria incapacidade para tão arriscada empresa, fosse pelo respeito que lhe inspirava o aureolado nome de Leverger.

RESULTADO DA INVASÃO

As duas expedições paraguaias não chegaram a Cuiabá.

Na verdade não lograram, nem mesmo, realizar a junção. A expedição fluvial não pôde prosseguir além do Passo do Sará, ao sul da Foz do Rio São Lourenço, em face da pequena profundidade do rio em relação ao calado dos navios paraguaios. A expedição terrestre esbarrou nos pantanais do Piquiri, sofrendo as agruras daquela região, sendo obrigada a retornar para Coxim.

Estavam, contudo, donos de extensa área da Província: Forte de Coimbra, Albuquerque, Corumbá, Dourados, Colônia de Miranda, Vila de Nioaque e Vila de Miranda.

Em abril de 1865, Lopes reduziu o Exército de Ocupação pois precisava de tropas para as operações no sul do Império e sabia que os brasileiros não dispunham de meios para expulsá-lo da Província.

A fácil invasão mostrou ao Governo imperial o erro cometido ao deixar a Província de Mato Grosso em completo isolamento, sem comunicações seguras pelo interior e sem contar com suficientes elementos de defesa para manter tão extensas fronteiras.

O Governo brasileiro procurou reforçar as tropas na Província, convocando elementos da Guarda Nacional, mas por cerca de 2 anos as operações estabilizaram-se neste teatro de Operações.

Em 1867, o Coronel Carlos Morais Camisão realizou a marcha de retomada da Província ruman-

do de Coxim para o rio Apa, percorrendo as terras ocupadas pelos paraguaios. Praticamente não encontrou inimigo.

Ao tentar penetrar o território paraguaio, ao sul do rio Apa, sofreu inúmeros ataques que provocaram o episódio da Retirada da Laguna.

Em fevereiro de 1868, pressionado pelas forças brasileiras, Lopes ordenou a retirada de Mato Grosso, ficando livre definitivamente a Província.

CONCLUSÃO

O objetivo deste artigo é fazer com que todos aqueles que o leem tenham sua atenção voltada para fatos históricos ocorridos em uma importante área do Brasil, durante a invasão da Província do Mato Grosso pelo Paraguai, nos idos de 1864-1865, e que permanecem esquecidos.

Gostaríamos, entretanto, de salientar dois aspectos:

Primeiro, o valor profissional, a coragem, o destemor e, principalmente, o sentimento patriótico dos nossos antepassados. É um dever de justiça nomear aqui todos aqueles que heroicamente defenderam nosso território, só sendo vencidos em virtude da grande desproporção de efetivo em favor do invasor paraguaio. Podemos destacar, entre tantos:

— 1.º Tenente Balduino José Ferreira de Aguiar, Comandante da canhoeira *Anhambá*, responsável por várias manobras decisivas nos combates travados ao longo do rio Paraguai;

— Comandante - de - Esquadra Augusto Leverger, Barão de Melgaço, por sua coragem e desprendimento, principalmente na defesa de Cuiabá;

— Coronel Carlos de Moraes Camisão, Comandante do 2º Batalhão de Artilharia, que desejou defender Corumbá a qualquer custo e, inclusive, ensinou combater o inimigo com guerra de guerrilha caso não fosse possível manter a Vila;

— 1º Tenente Antonio João Ribeiro, Comandante da Colônia Militar dos Dourados, que protestou contra a invasão do solo brasileiro dando sua própria vida;

— 2º Tenente João de Oliveira Melo, subalterno no Forte de Coimbra, herói da defesa de Coimbra e guia de um grupo de civis e militares em marcha difícil através

do pantanal entre Cuiabá e Corumbá.

Segundo e muito importante aspecto, o exemplo que a História nos legou de atenção para com a nossa fronteira, procurando sempre sua manutenção com tropas do Exército cada vez mais aptas ao cumprimento da missão de guarda do Território Nacional e defesa de nossa Soberania.

BIBLIOGRAFIA

1. GUIMARÃES, Jorge Maia de Oliveira — *A Invasão de Mato Grosso*.
2. MELLO, Raul Silveira de — *História do Forte de Coimbra*.
3. FRANCO, Afonso Arinos de Melo e QUADROS, Jânio — *História do Povo Brasileiro*.
4. VASCONSELLOS, Victor Natalício — *Lições de História Paraguaya*.
5. SOUZA, Lécio Gomes de — "A Invasão de Mato Grosso através do Eixo Fluvial" (artigo publicado na *Revista Militar Brasileira*).



O Major de Infantaria QEMA José Messias de Britto Filho, natural do Rio Grande do Sul, pertence à turma de formação de 1967. Das funções que exerceu destaca-se a de instrutor da AMAN por dois períodos (1971 a 1974 e 1979 a 1980). Atualmente, serve no Comando da 2ª Brigada Mista Ricardo Franco, Corumbá, Mato Grosso do Sul.